

## Inclusão Digital para Entidades Rurais de Parelhas/RN: um Relato de Experiência

**Júlia Valentim de Oliveira Pinheiro, Claudimar Jeferson da Silva Melo, Jaciely Mayara dos Santos Diniz, Amanda Helen de Souza Medeiros, Francisco Genivan Silva**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) –  
Campus Avançado de Parelhas

R. Dr. Mauro Duarte, s/n - José Clóvis, Parelhas - RN, 59360-000

{juliavalentimop, claudimarjefferson, jacielymayara2014,  
amandahelen959}@gmail.com, genivan.silva@ifrn.edu.br

**Abstract.** *The expansion of new technologies — computer science included — has promoted a number of facilities and benefits; however, it creates a new issue: digital exclusion. Therefore, the present work aims to report the facts experienced during the execution of the project named "Capacitation in Basic Computing for Rural Organizations in Parelhas, RN, BR". This project consisted of a basic computer training course that lasted 60 hours and involved 40 participants in the City of Parelhas, RN. Upon completion, the project qualified 27 individuals in basic computer skills, thus contributing to their critical participation in the digital society.*

**Resumo.** *A expansão das novas tecnologias, incluindo a informática, vem promovendo uma série de facilidades e benefícios. No entanto, ocasiona uma nova problemática: a exclusão digital. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas com a execução do projeto intitulado "Capacitação em Informática básica para Entidades Rurais de Parelhas/RN". O projeto consistiu na realização de um curso de capacitação em informática básica que durou 60 horas e que envolveu 40 participantes no município de Parelhas/RN. Ao seu final, o projeto capacitou 27 pessoas em conhecimentos básicos de informática, contribuindo desta forma para que participem criticamente da sociedade digital.*

### 1. Introdução

Com os crescentes e acelerados avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), as relações sociais e econômicas estão cada vez mais sendo orientadas através do meio digital. Além disso, todos esses avanços propiciam a criação de inúmeras ferramentas dispostas a auxiliar e facilitar a vida das pessoas.

A difusão das TIC trouxe consigo grandes mudanças na estrutura da sociedade, expressas claramente por meio de alterações ocorridas nas mais diversas áreas como comunicação, educação, saúde, lazer e até nos modos de se trabalhar. Assim, não é mais possível enxergar o mundo sem essas tecnologias, pois o funcionamento de quase tudo está condicionado a elas. Em paralelo a essas mudanças, emerge a necessidade de capacitar a população para usufruir totalmente dos benefícios gerados pelo uso correto das TIC. Iniciativas educacionais que visam qualificar os usuários para tal fim se fazem

cada vez mais necessárias, principalmente no tocante à população rural, que é visivelmente excluída dessas evoluções tecnológicas. É por essa razão que se torna cada vez mais urgente um mundo onde todos são inclusos no meio digital, pois quem não está inserido nesse meio é, de muitos modos, privado de participar integralmente da sociedade.

Neste artigo será apresentada a experiência na execução do curso de capacitação e informática básica para entidades rurais do município de Parelhas/RN, cujo objetivo fundamental foi oportunizar aos participantes conhecer novas tecnologias que tornem mais simples a realização de tarefas voltadas para sua ocupação no campo ou que propiciem benefícios em outros âmbitos de sua vida, como o educacional. Outrossim, o projeto também visou a promoção da inclusão social por meio da inclusão digital, permitindo aos concluintes do curso participarem de maneira efetiva e crítica da sociedade da informação.

Partindo destas premissas, foi elaborado o projeto denominado “Capacitação em Informática básica para associados da Cooperativa Agropecuária do Seridó e Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Parelhas”. Seu público alvo foi os membros dessas duas entidades, que representam trabalhadores rurais do município de Parelhas e circo vizinhança, bem como seus familiares e outros de seu convívio social.

O projeto foi aprovado em 02 de agosto de 2016 no edital 09/2016-PROEX/IFRN, tendo sua execução iniciada no mesmo dia e seu encerramento no dia 21 de dezembro de 2016. Com previsão de formar 30 pessoas, foram realizadas 40 inscrições. Os inscritos foram primeiramente triados pelas duas entidades participantes do projeto, depois encaminhados para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). No instituto foram coletados dados acerca de cada participante através de um pequeno formulário eletrônico. Os dados serviram para levantar um perfil demográfico resumido dos participantes. Alguns dados relevantes estão descritos a seguir:

- Quanto ao gênero: 73,9% dos inscritos eram do sexo feminino e 26,1% do sexo masculino;
- Quanto a escolaridade: 39,1% tinham como nível de escolaridade o ensino fundamental incompleto; 8,7% possuem o fundamental completo e 26,1%, o ensino médio completo (não alfabetizado, médio completo, ensino superior completo e incompleto completam os dados de escolaridade)

Atendendo a um público de origem semelhante, porém diversificado em termos de idade, escolaridade e experiência, acreditamos que o projeto teve relevante contribuição na aquisição de conhecimentos e práticas necessários à convivência em uma sociedade cada vez mais pautada pelos avanços tecnológicos. Compreendemos, pois, que à medida que a tecnologia tem moldado e direcionado os rumos da economia e da vida, é preciso que a população tenha as competências necessárias para lidar com ela.

Por fim, ressaltamos que a educação em seus variados modelos e modalidades é compreendida como uma das formas que podem dar suporte à aquisição dessas competências. Desta forma, acreditamos que iniciativas educacionais que visem instrumentalizar o conhecimento acerca das TIC e seu potencial transformador possuem grande relevância social. Há de modo especial, diante da escassez ou inexistência de

iniciativas semelhantes, uma necessidade maior de oferta de formação direcionada à população originária do campo, público alvo deste projeto.

## 2. Inclusão Digital

Nos últimos anos, a ampliação do acesso e aperfeiçoamento das tecnologias passaram a ser imperativas para o desenvolvimento de países, conforme evidenciado em União Internacional de Telecomunicações – UIT (2013). O desenvolvimento e a difusão das TIC afeta e pode representar avanços para a educação, saúde, inovação, pesquisa e desenvolvimento. É possível observar, principalmente, uma relação mais aproximada entre o acesso e desenvolvimento das tecnologias e educação, não sendo possível, nos dias atuais, separar essas duas áreas. Esta relação se dá de tal forma que UIT (2013) afirma que o acesso à educação de qualidade e às TIC são fundamentais para a construção efetiva e participativa das sociedades do conhecimento. Entretanto, disparidades no acesso a esses dois bens sociais ainda persistem e penalizam uma boa parte da população.

Em um contexto abordado pela Teoria Crítica da Tecnologia, em que tecnologia e sociedade se influenciam mutuamente, fica evidente que existe uma relação intrínseca entre mudanças técnicas/tecnológicas e o contexto social em que elas ocorrem [NEDER 2013], ou seja, a tecnologia não é neutra e não está deslocada da sociedade e “pode contribuir para o acirramento ou diminuição das desigualdades sociais, dependendo do uso que se faz e dos atores envolvidos nos processos de tomada de decisão” [MARTINS 2015].

Essa caracterização das TIC como instrumento de desenvolvimento social, foi avaliada no relatório *Measuring the Information Society 2014* [UIT 2014], onde foi constatado que há uma correlação estatisticamente significativa entre o Índice de Desenvolvimento em TIC (IDI) e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – metas instituídas pela ONU relacionadas a educação, igualdade, saúde, combate à fome e meio ambiente.

Em contrapartida, é importante destacar o caráter duplo dessa relação, pois ao mesmo tempo em que as TIC podem representar uma oportunidade de desenvolvimento social e emancipação, podem também contribuir para ampliação das discrepâncias e perpetuação das desigualdades.

Sobre as condições necessárias para que as TIC, efetivamente, possam contribuir positivamente nas transformações sociais, Ávila e Holanda (2006) afirmam:

Ações para reduzir essa desigualdade digital apenas são efetivas quando são assegurados aos excluídos digitais os meios tecnológicos, os recursos de usabilidade, as ferramentas de assistência, os apoios institucional e social, **assim como as capacitações e habilitações** para que eles possam vencer todos os tipos de barreiras e, assim, percorrer a trajetória rumo ao centro participativo da sociedade informacional [ÁVILA e HOLANDA 2006, p. 46 – grifo nosso]

Assim, diante do desafio que é garantir o acesso integral as TIC, é preciso que haja um compromisso do Estado e de outras instituições da sociedade em busca do progresso econômico, do bem-estar social e da redução das desigualdades.

Em 2008 um conjunto de empresas, tais como Microsoft e Intel, divulgou um plano para patrocinar pesquisas com o objetivo de acelerar uma reforma na educação

global através da mobilização de comunidades educacionais, políticas e econômicas internacionais. Essa iniciativa deu origem ao *Assessment e Teaching of 21st Century Skills (ATC21S) Consortium* e um dos principais propósitos desse consórcio é identificar habilidades necessárias aos estudantes para que possam enfrentar os desafios de uma sociedade informatizada e globalizada [ATC21S 2016]. As habilidades definidas pelo consórcio podem ser agrupadas em categorias, das quais destacamos três:

- Formas de pensar: criatividade, pensamento crítico, resolução de problemas, tomada de decisão e aprendizagem;
- Formas de trabalhar: comunicação e colaboração;
- Ferramentas para trabalhar: competências em TIC e competências informacionais (*information literacy* – domínio de habilidades e conhecimentos relacionados ao universo informacional).

De modo geral, a definição dessas habilidades e o próprio consórcio tem um propósito geral de fazer com que a educação “possa oferecer uma visão de cultura que empodere os aprendizes para interpretar e se empenharem nos novos formatos e conteúdos da cultura digital” [UIT 2013].

No plano nacional ao longo dos últimos anos foram executadas diversas ações com o intuito de regulamentar atividades relacionadas às TIC e internet e promover a inclusão digital. A primeira dessas ações foi a criação em meados dos anos 1990 do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) que buscava normatizar procedimentos referentes às atividades inerentes à internet no país e estabelecer estratégias relacionadas ao seu desenvolvimento. Um outro marco nas políticas públicas nacionais para a inclusão digital foi a criação, em 1997, do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) que deu início as ações que buscavam a união entre tecnologia e educação. As ações governamentais para democratização do acesso as TIC atuam especialmente em três eixos:

- Aumento do acesso comunitário à internet e às tecnologias: Programa Rede Jovem (2000), Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC (2002), Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) em 2009 e Criação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) em 2010;
- Facilitar a aquisição popular de equipamentos de informática: Programa de Inclusão Digital (2005) e Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos (2005);
- Promoção de uso das TIC no ensino público: projeto Um Computador por Aluno (UCA) e Instituição do Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (RECOMPE), ambos em 2007 e Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) em 2008.

Além desses três eixos, é importante ressaltar iniciativas direcionadas especificamente para a formação e capacitação para uso das TIC, como o programa Redes Digitais da Cidadania criado em 2012, que instituiu parcerias com instituições públicas e apoia projetos em áreas temáticas voltadas ao uso das TIC. E, ainda nessa linha, destaca-se também o Programa Inclusão Digital da Juventude Rural que visa o financiamento de projetos para a capacitação de jovens agricultores, indígenas e de comunidades quilombolas.

No entanto, apesar deste número significativo de políticas públicas, um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta fragilidades principalmente relativas a desarticulação de tais políticas e ainda problemas relacionados ao planejamento, metas, prazos e ainda a “falta de atualização periódica das ações e a ausência da necessária avaliação da efetividade dos programas” [TCU 2015].

Diante do exposto, da atestada importância da inclusão digital e de sua relação com a melhoria de aspectos socioeconômicos, torna-se preponderante que mais iniciativas se somem às políticas a ações já existentes. A criação de cursos que enfatizam o uso crítico e consciente das tecnologias ampliam não somente as oportunidades de empregabilidade, mas se tornam projetos de transformação social que melhoram as condições de vida das pessoas. Carvalho Neto, Cruz e Hetkowsk (2008) enfatizam a importância dos espaços de capacitação:

“Esses espaços de capacitação podem assim constituir-se como locais de formação de sujeitos capazes de exercer plenamente a cidadania – acelerando o processo de desenvolvimento local em todos os setores, comunicando para o mundo afora seus desejos, suas esperanças e suas conquistas, preparados para o enfrentamento das circunstâncias em que vivem” [CARVALHO NETO, CRUZ e HETKOWSK 2008].

Tudo isso fundamentou a criação e execução do projeto de capacitação, cuja metodologia é detalhada a seguir.

### 3. Metodologia do projeto

O curso de formação básica em Informática foi executado integralmente através de aulas presenciais e práticas em laboratório, totalizando uma carga horária de 60 horas. As aulas foram ministradas duas vezes por semana, duas horas por dia, no turno vespertino, respeitando o horário disponível dos participantes, uma vez que os agricultores, em sua maioria, trabalham nas feiras livres no turno matutino. O local das aulas foi o próprio IFRN, pois o local conta com a estrutura necessária para as atividades. Além da figura do professor durante as aulas presenciais, o curso contou com o suporte dos tutores (alunos do curso técnico integrado de informática do IFRN). Os tutores deram apoio durante a execução das aulas, fazendo o acompanhamento sistemático dos alunos, auxiliando nas atividades diárias e ajudando a identificar e antecipar problemas de aprendizagem. Esse suporte contribuiu também na prevenção de problemas como a evasão.

Sobre os conteúdos e práticas que foram abordados durante o curso, três áreas tecnológicas tiveram maior ênfase:

- Tópicos introdutórios de informática e tecnologias (15 horas) – fundamentos básicos de informática, conhecimento acerca do computador e seus componentes, reflexão sobre os avanços das TIC e seu impacto social ao longo do tempo. Operação do sistema operacional e resolução de problemas básicos no computador;
- Internet e redes sociais (15 horas) – introdução a infraestrutura que compõe a internet, navegação na internet e uso das ferramentas dos navegadores, serviços do Google e seu uso como instrumento de pesquisa e aprendizagem, aplicações nas nuvens e ferramentas de trabalho colaborativo, redes sociais e seu reflexo nas interações sociais e econômicas, correio eletrônico e novas formas de comunicação e interação;

- Programas Aplicativos (30 horas) – edição e manipulação de textos, planilhas eletrônicas e contabilidade básica, edição de slides e boas práticas de apresentação e comunicação.

Em todas as ações desenvolvidas durante o projeto houve a busca pela articulação entre as diversas dimensões institucionais, objetivando a construção de um processo educativo, cultural e científico, que consubstancie a comunidade acadêmica e atenda as demandas locais, representando a associação irrestrita entre teoria e prática.

Os alunos tiveram seu desempenho avaliado segundo a perspectiva da avaliação emancipatória, a qual tem como objetivo a libertação dos educandos, provocando-os à crítica [IFRN 2012]. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem no curso concentrou múltiplas funções: dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa. Os instrumentos de avaliação foram diversificados: atividades avaliativas, pesquisas relatórios, trabalhos em grupo, participação efetiva em sala de aula, frequência. O acompanhamento contínuo da aprendizagem pôde ser refletido em mudanças de estratégias adotadas durante o projeto, servindo para reorientar o planejamento das aulas. Além disso, a análise individual de rendimento dos participantes os ajudou a identificar aspectos que poderiam ser mudados em seu itinerário educativo, resultando em um constante processo de ação-reflexão-ação.

#### **4. Resultados**

Diante da metodologia especificada, a execução do projeto pôde ser acompanhada e avaliada através da coleta de dados provenientes de duas fontes: dados obtidos da monitoração contínua de comportamento e aprendizado dos participantes; dados de questionário aplicado ao final do curso. Além destes, o curso de formação básica teve sua execução avaliada quanto ao percentual de aulas ministradas em acordo com o cronograma estabelecido e o número real de desistências.

Quanto a execução do curso, toda a carga horária previamente planejada foi cumprida. A quantidade de alunos que concluiu o curso em relação a quantidade de inscritos foi de 67% (40 inscritos e 27 concluintes), o que consideramos um número positivo dada a natureza do curso e do público envolvido. Este número se mostra ainda mais relevante quando considerada a previsão inicial de formação que era de 30 pessoas. Embora o número de concluintes tenha sido considerado de bom tamanho, é importante avaliar os motivos que levaram os demais participantes a abandonarem o curso. O levantamento deste tipo de informação é, de certo modo, custoso, pois as desistências, em sua maioria não são discutidas com a equipe e não é precedida de aviso. Mesmo assim, através de contato direto com os desistentes, pudemos constatar as principais razões para o abandono do curso, são elas: dificuldade de transporte para o local do curso, falta de identificação com o curso e/ou turma, perda de interesse pelos conteúdos e surgimento de outras atividades durante o horário das aulas. Foi possível também constatar uma relação entre a idade dos alunos e seu sucesso no curso, dado que a média de idade dos concluintes foi de 21 anos e a dos desistentes foi de 35. Esta relação demonstra a necessidade de desenvolvimento de cursos que atendam melhor as diversas faixas etárias e ainda que se faça um acompanhamento mais próximo dos alunos com idade mais elevada.

No que diz respeito a avaliação do curso, um questionário no formato de formulário eletrônico foi desenvolvido e respondido por 24 dos 27 concluintes. O

questionário foi aplicado no último dia de aula e três participantes não puderam comparecer na data, porém não consideramos relevante investigar o motivo das ausências. O questionário foi elaborado dividindo-se a avaliação do curso em três dimensões: i) avaliação de satisfação com relação ao curso – com a intenção de medir a percepção dos participantes quanto ao cumprimento dos objetivos definidos; ii) satisfação com relação à equipe que executou o curso – professor e tutores; e iii) autoavaliação dos participantes quanto ao seu desempenho e capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos fora do ambiente do curso.

O questionário aplicado utilizou a escala Likert, cujo fundamento é medir o nível de concordância dos participantes com relação a uma afirmação. No questionário aplicado, os itens possuem valores que vão de 1 até 5, sendo 1 o valor mais “negativo”, representando discordância total da afirmação e 5 o valor mais positivo, concordância total com a afirmação. Este tipo de escala é muito comum em pesquisas de opinião e consideramos adequada ao questionário aplicado. Além disso, para garantir que houvesse entendimento do preenchimento do formulário, foi realizada uma explicação do significado dos valores da escala antes de sua aplicação.

#### 4.1. Avaliação da satisfação com relação ao curso

No que se refere a avaliação dos participantes quanto a execução do curso, buscou-se a utilização de um conjunto de afirmações em que fosse possível extrair informações que pudessem expressar seu nível de satisfação a respeito de diversos fatores da estrutura do curso e de sua fundamentação, bem como com relação ao cumprimento dos objetivos definidos no projeto. A tabela 1 apresenta as afirmações presentes nesta parte da avaliação.

**Tabela 1 - Avaliação do curso**

Afirmação apresentada	Nível de concordância				
	1	2	3	4	5
Os objetivos do curso foram bem definidos e explicados.	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	75,0%
O número de horas utilizadas foi suficiente para apreender o conteúdo do curso.	0,0%	8,3%	0,0%	41,7%	50,0%
A ordem de apresentação dos conteúdos se deu em uma sequência que facilitou o aprendizado	0,0%	0,0%	0,0%	37,5%	62,5%
O nível de dificuldade dos exercícios foi adequado ao curso	0,0%	4,2%	0,0%	8,3%	87,5%
O conteúdo ministrado no curso pode ser aplicado no seu trabalho/escola	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	75,0%
O local e a infraestrutura foram adequados para o bom desenvolvimento do curso?	0,0%	0,0%	4,2%	41,7%	54,1%

Dentre os dados obtidos, podemos ressaltar o alto índice de concordância (75%) com os itens que avaliam o cumprimento dos objetivos e a aplicação dos conteúdos fora em ambientes externos ao curso. Pode-se inferir destes números, que há uma percepção positiva dos participantes com relação ao curso de maneira geral, com o cumprimento dos seus objetivos e sua estrutura pedagógica.

#### 4.2. Avaliação dos participantes quanto a equipe

Neste item foi avaliada a equipe que executou o projeto, isto é, quem ministrou aulas e acompanhou os alunos durante o curso. Foram definidos quais aspectos qualificam a equipe de trabalho e que, portanto, deveriam ser avaliados pelos participantes. As afirmações avaliadas, bem como o percentual de respostas de cada uma podem ser visualizados na tabela 2.

**Tabela 2 - Avaliação da equipe de trabalho**

Afirmação apresentada	Nível de concordância				
	1	2	3	4	5
Domina o conteúdo trabalhado em sala de aula	0,0%	0,0%	0,0%	8,3%	91,7%
Se mostra atenciosa às dificuldades dos alunos	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%	95,8%
Foi clara nas explicações	0,0%	0,0%	0,0%	8,3%	91,7%
Incentivou a participação dos alunos	0,0%	8,3%	0,0%	12,5%	79,2%
Foi pontual, cumpriu com os horários previstos	0,0%	0,0%	16,7%	45,8%	37,5%
Foi assídua, compareceu às aulas integralmente	0,0%	0,0%	20,8%	62,5%	16,7%
Possui domínio de sala de aula	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%	95,8%
Manteve um ritmo adequado na condução das aulas	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	83,3%

Destacamos alguns dados significativos com relação a esta etapa da avaliação, como o item que trata da atenção dada aos participantes. Neste item, 23 respondentes (95,8%) concordaram totalmente com a afirmação “a equipe se mostrou atenciosa as dificuldades apresentadas pelos alunos”. Além deste valor, 83,3% concordam totalmente que a equipe manteve o ritmo adequado na condução das aulas.

Estes números demonstram que a equipe de trabalho e os participantes mantiveram uma relação equilibrada de respeito e cordialidade e que as diferenças de aprendizado de cada um foram, sempre que possível, levadas em consideração.

O respeito às diferenças individuais e aos diferentes ritmos de aprendizado, além da busca pela sintonia entre equipe e alunos são características fundamentais para o efetivo cumprimento dos objetivos pedagógicos definidos durante o planejamento deste tipo de projeto. Esta dimensão de avaliação ajuda, não somente na elucidação de questões relativas a este curso em particular, mas também na construção e melhoria de modelos de projetos voltados para inclusão e letramento digital.

#### 4.3. Autoavaliação dos participantes

Nos itens relacionados a autoavaliação, os participantes puderam avaliar o quanto se dedicaram ao curso, assim como qual sua percepção acerca de seu aprendizado e de sua aplicação fora do ambiente de sala de aula. A tabela 3 detalha as afirmações que compõem a avaliação sob esta perspectiva:

**Tabela 3 - Autoavaliação dos participantes**

Afirmação apresentada	Nível de concordância				
	1	2	3	4	5
O curso despertou ou aumentou meu interesse pela informática	0,0%	0,0%	4,2%	25,0%	70,8%
O curso satisfaz minhas necessidades de aprendizagem sobre o assunto	0,0%	0,0%	0,0%	29,2%	70,8%
Consegui apreender os conteúdos ministrados no curso	0,0%	0,0%	0,0%	41,7%	58,3%
Conseguirei aplicar os conhecimentos apreendidos no curso no meu trabalho ou escola	0,0%	0,0%	16,7%	20,8%	62,5%
Os conhecimentos apreendidos me ajudarão a conseguir um emprego	0,0%	0,0%	50,0%	25,0%	25,0%
Sou capaz de aplicar os conhecimentos ensinados no curso em diferentes situações	0,0%	0,0%	4,2%	37,5%	58,3%
Considero que minha frequência e pontualidade foram adequados a exigência do curso	0,0%	4,2%	4,2%	37,4%	54,2%
Consegui me integrar aos meus colegas de curso	8,5%	0,0%	25,0%	45,7%	20,8%
Voltarei a participar de um projeto semelhante a este que concluí	4,2%	0,0%	0,0%	12,5%	83,3%

Podemos depreender destes números algumas considerações relevantes: os participantes consideram que alcançaram o nível de aprendizagem inicialmente pretendido por eles e também o que foi exigido durante o curso. Isto é, há um elevado grau de confiança nos conhecimentos que foram adquiridos, dado que os alunos acreditam ter ultrapassado o que consideravam apenas o desejável, alcançando o nível de aprendizado demandado.

Há, no entanto, alguns números, que apontam problemas pontuais, como, por exemplo, o grau de percepção de integração de cada aluno com a turma. Embora este número não seja completamente negativo (33%), faz-se importante ponderar alguns motivos para que o aluno não considere que tenha se integrado. Um dos fatores que, possivelmente, explica essa dificuldade é a diferença de idades entre os participantes, uma vez que o curso atendeu tanto adultos (membros das entidades rurais) quanto crianças e adolescentes (filhos e sobrinhos dos associados). Além da avaliação de integração, outro item que possui baixo grau de concordância foi a afirmação relativa a contribuição do curso para obtenção de emprego. Acreditamos que este baixo valor se dá pela natureza introdutória do curso e também pelo fato de que uma parte significativa dos participantes

já possuem uma atividade laboral, não almejando, após o curso, uma colocação no mercado de trabalho.

Em suma, os respondentes consideram que sua participação durante o curso foi positiva e que conseguiram adquirir o conhecimento necessário para conclusão exitosa. Apesar disso foi possível detectar resquícios de problemas de integração entre os alunos, o que pode ter sido reflexo de falha na execução do curso.

## 5. Conclusões

Mediante a efetivação deste projeto acreditamos que seus participantes tenham sido capacitados para o uso básico das tecnologias da informação e comunicação. A partir dos conteúdos, das discussões e das práticas efetivadas durante o curso, buscamos estimular ações multiplicadoras do conhecimento fazendo com que as competências e habilidades assimiladas por eles possam ser espelhadas para outros familiares e comunidade local, ampliando significativamente o alcance dos resultados. Além do quê, esta ação multiplicadora ajudará a concretizar os saberes recém descobertos.

Pode-se destacar ainda a contribuição do projeto para o incremento da formação integral dos tutores, pois como eram alunos do primeiro ano do curso técnico de informática, este foi seu primeiro contato com uma ação desta natureza. Assim, acreditamos que a participação no projeto tenha despertado nos alunos bolsistas práticas extensionistas e de pesquisa, de modo que sua qualificação profissional tenha sido aperfeiçoada através da interação com a sociedade e da integração entre o fazer acadêmico e os saberes científico e populares.

Acreditamos, também que a informática aliada a educação trará grande impacto para a inclusão digital e social dos participantes, sendo refletida em muitos aspectos na comunidade acadêmica local.

Dentre as lições aprendidas, evidenciamos a importância de considerar no planejamento deste tipo de projeto o conjunto de demandas e particularidades da população atendida. Apenas a repetição e generalização de conteúdos e atividades não é capaz de garantir o sucesso pleno de ações de extensão como o projeto que concluímos. A partir de um processo de ação-reflexão-ação, professor e equipe devem ser capazes de, através do senso crítico, adaptarem os métodos aplicados conforme a situação exige.

Por fim, apontamos como sugestão de pesquisa futura a avaliação do impacto dessas ações de inclusão digital nas comunidades atendidas. Vislumbramos também a possibilidade de execução de projetos semelhantes em outros nichos populacionais ou ainda a ampliação e diversificação para outros conteúdos e práticas. Dentre os cenários que podem ser considerados, acreditamos que o ensino de programação e de robótica a crianças do ensino fundamental seja bem promissor e se encaixa na próxima etapa do processo de inclusão digital local o qual este projeto fez parte.

## Referências

ATC21S. (2016) “Assessment e Teaching of 21st Century Skills”, <http://www.atc21s.org/>, Fevereiro.

- Ávila, Ismael Mattos A. e Holanda, Giovanni Moura de. (2006) “Inclusão digital no Brasil: uma perspectiva sociotécnica”, In: Souto, Átila A., Dall’Antonia, Juliano C. e Holanda, Giovanni Moura de. (org). As cidades digitais no mapa do Brasil: uma rota para a inclusão digital. Brasília, DF: Ministério das Comunicações.
- Carvalho Neto, Enéas Silva de; Cruz, Fabrício Nascimento e Hetkowski, Tânia Maria (2008) “Sociedade da Informação: TIC e Programas de Inclusão Digital”. In: Políticas Públicas e Inclusão Digital. Organizado por Tânia Maria Hetkowski,. Salvador: EDUFBA, Universidade Federal da Bahia.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Norte – IFRN (2012). “Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva”, <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1>, Fevereiro.
- Martins, Jéssica Maira Rodrigues (2015) “Inclusão digital para a inclusão social: o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação no campo dos direitos sociais”. Maio de 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional - Universidade de Brasília – UnB).
- Neder, Ricardo T. (2013) “A produção do conhecimento na Universidade e os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia: contribuições para o ensino e pesquisa”. In: CTS – Ciência Tecnologia Sociedade – e a produção de conhecimento na Universidade. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina. UnB/Capes – Escola de Altos Estudos, Cadernos Primeira Versão. Série 1. Construção Social da Tecnologia. Número 4, p. 9-31.
- Tribunal de Contas da União – TCU (2015) “Política Pública de Inclusão Digital” Brasília: TCU, SeinfraAeroTelecom, 76p.
- União Internacional de Telecomunicações – UIT (2013) “Technology, Broadband and Education: Advancing the Education for All Agenda”, Paris, <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219687e.pdf>, Fevereiro.
- União Internacional de Telecomunicações – UIT (2014) “Measuring the Information Society Report 2014”, Suíça, [https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014\\_without\\_Annex\\_4.pdf](https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014_without_Annex_4.pdf), Fevereiro.